

**Registo de Entrada**

Entrada N.º \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

O Func. \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DO PORTO SANTO  
CÂMARA MUNICIPAL****LICENCIAMENTO - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO****Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal do Porto Santo****IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Nome \_\_\_\_\_  
NIF/ NIPC \_\_\_\_\_ BI/CC \_\_\_\_\_ emitido em \_\_\_\_\_ válido até \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Freguesia \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_  
Contato \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_ na  
qualidade de (a) \_\_\_\_\_, conforme documentos comprovativos que anexa:  
 Código de acesso à certidão do registo comercial \_\_\_\_\_  
 Código de acesso à certidão permanente do registo predial \_\_\_\_\_  
 Outro \_\_\_\_\_

**OBJETO DO PEDIDO**

Pretendendo proceder ao loteamento de um prédio de que é proprietário situado em \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ com o código postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ freguesia e concelho do Porto Santo, vem por este meio submeter à aprovação de V. Exa. o respetivo projeto.  
O prédio onde se pretende proceder à referida operação de loteamento encontra-se inscrito na matriz predial rústica/urbana sob o artigo n.º \_\_\_\_\_ e descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto Santo sob o n.º \_\_\_\_\_, e tem as seguintes confrontações:  
Norte \_\_\_\_\_  
Sul \_\_\_\_\_  
Nascente \_\_\_\_\_  
Poente \_\_\_\_\_

**(a) Proprietário, arrendatário, usufrutuário, locatário, superficiário, mandatário ou outra.**

Declaro, ao abrigo do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, que dou o meu consentimento de forma livre, específica e informada, para a recolha e tratamento dos dados recolhidos por parte do Município do Porto Santo, podendo os mesmos ser acedidos por outras entidades, sempre que necessário, no âmbito de todas as atividades de tratamento, e manutenção de aplicações informáticas solicitadas pelo Município.

Pede deferimento

O Requerente

Porto Santo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ELEMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR O PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento

### Documentos de identificação da empresa:

- Fotocópia do BI / CC
- Fotocópia do Cartão de Contribuinte.

### Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação:

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos ou código da certidão permanente para consulta on-line;
- Certidão da Conservatória do Registo Comercial, caso o requerente seja uma pessoa coletiva ou código da certidão comercial permanente;

- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor.

- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos, incluindo o de loteamento e os projetos de obras de urbanização, e pelo coordenador do projeto, quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Prova de inscrição dos técnicos dos projetos na associação pública de natureza profissional e da validade da mesma aquando da apresentação do requerimento inicial.
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;

- Planta de localização e enquadramento à escala 1/2000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

- Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes;

- Planta de síntese do loteamento, à escala de 1:1.000 ou superior, indicando, nomeadamente, a modelação proposta para o terreno, a estrutura viária, a divisão em lotes e sua numeração, finalidade, áreas de implantação de construção, número de pisos acima e abaixo da cota de soleira e número de fogos, com especificação dos destinados a habitações a custos controlados, quando previstos, e a localização dos equipamentos e das áreas que lhes sejam destinadas, bem como das áreas para espaços verdes e de utilização coletiva;

- Planta com identificação dos percursos acessíveis, detalhes métricos, técnicos e construtivos e uma peça escrita descrevendo e justificando as soluções adotadas;

- Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação de loteamento e termo de responsabilidade do respetivo técnico;

- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto - Lei n. 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;

- Planta com identificação das áreas de cedência para o domínio municipal, a qual será vertida para a planta do cadastro predial a apresentar após a conclusão da operação;

- Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho.

**Facultativamente o requerente pode entregar, desde logo, os projetos de especialidades:**

- Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica;
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;
- Projeto de águas pluviais;
- Projeto de infraestruturas de telecomunicações (termo de responsabilidade do autor da obra em conformidade com o Decreto-lei 123/2009 de 21 de maio (ANACOM)).

- 
- Elementos de Gestão de Resíduos de Construção / Demolição, de acordo com a legislação aplicável.**

**Outros elementos que o requerente pretenda apresentar:**

- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

**OBVSERVAÇÕES:**

- a) Sempre que o requerente proceda á entrega de elementos adicionais, que alterem as características técnicas do projeto entregue inicialmente, deverá fazê-los acompanhar de novo quadro sinótico devidamente atualizado, assim como da ficha estatística. Trata-se de documentos com responsabilidade técnica, pelo que terão que ser subscritos pelo técnico autor do projeto;
- b) No caso de obras de alteração, deve apresentar-se não só as peças desenhadas relativas ao edificado existente, mas também relativas ao projeto conforme se encontra aprovado. Este último poderá ser consultado na CMPS, bastando para tal requerer consulta do processo;
- c) Se o requerente for uma pessoa coletiva deverá ainda apresentar documento comprovativo de que o(s) subscritor(es) do pedido possuem poderes para o representar;
- d) Caso o técnico responsável entenda que, em face das características da edificação, poderão eventualmente ser desnecessárias a apresentação de algum dos elementos atrás referidos, deverá apresentar declaração por escrito justificando de facto e de direito a dispensa.

**As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento, integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256º do Código Penal.**